

Goiânia, Brasília e Palmas: estratégias geopolíticas da modernização e urbanização do Cerrado e do território brasileiro¹

Márcia Cristina Hizim Pelá

da Faculdade Alfredo Nasser – Goiânia – Goiás - Brasil
marciapela@unifa.edu.br

Resumo: este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a construção de Goiânia, Brasília e Palmas e o processo de modernização e urbanização do Cerrado e do território brasileiro. A proposição é de que existe uma relação intrínseca entre o processo de modernização do território brasileiro, a ocupação do Cerrado e a criação das três cidades-capitais planejadas, já que para adequar o Brasil às novas exigências da divisão internacional do trabalho era preciso integrar, desenvolver e urbanizar o país. Este fator evidencia que o desenvolvimento do urbano será a contrapartida da desruralização do produto, e que Goiânia, Brasília e Palmas são os moldes e os modelos do projeto de ocupação do Cerrado e de expansão do capitalismo via modernização do território brasileiro.

Palavras-chaves: Cidades. Projetadas. Cerrado. Urbanização. Modernização.

Considerações iniciais

O processo de ocupação e de transformação do Cerrado a partir do século XX foi determinante para a sua transformação de Bioma para Território. Em pouco mais de oitenta anos, presenciou-se a conjunção de estratégias e ações políticas, econômicas, socioculturais e ideológicas que transformaram este bioma – considerado pobre e improdutivo e que se caracterizava por uma ocupação rural em que se desenvolviam, basicamente, pecuária extensiva aliada à agricultura de autoconsumo – em um dos *hotspots* de biodiversidade do planeta e em uma das principais molas propulsoras do agronegócio do país.

Não só isso. O lugar dos tempos lentos, dos solos pobres e improdutivos e das vegetações deformadas e feias tornou-se um lugar profícuo e estratégico para implantar o novo ideário e “modelo” de nação. A predicação negativa sobre o Cerrado e seus sujeitos, construída, principalmente, pelo imaginário economicista, foi um fator que contribuiu para o processo de modernização. Afinal, como alega Silva, C. A. (2005), o lugar do atraso, retratado desde período colonial, deveria ceder à modernização.

¹ Este artigo é parte da tese de doutoramento da autora, intitulada ‘Uma nova (Des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do Cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas’, defendida em 2014, no Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

E foi exatamente o que aconteceu: o Cerrado foi modernizado. As ‘miseras terras’ de outrora transformaram-se em um território fértil e apropriado para a edificação de uma nova capital federal e duas capitais estaduais, para a indústria da construção civil, para o turismo de negócios e cultural, para a arquitetura moderna e contemporânea, para a mecanização do campo, para o agronegócio, para as firmas e grandes corporações; enfim, passou a ser objeto de desejo de milhares de brasileiros que buscavam, e ainda buscam, trabalho, moradia e melhores condições de vida.

Entretanto, este processo não foi tranquilo; muito pelo contrário, é marcado por conflitos e disputas que se desencadearam no campo e nas cidades-capitais planejadas. No campo porque, além de comprometer a sua biodiversidade, também afetou a sua sociobiodiversidade, uma vez que este processo promoveu a (des)territorialização de uma parcela considerável dos povos que ali habitavam. Nas cidades-capitais planejadas porque, apesar de ser deflagrado aos quatro cantos que elas receberiam de braços abertos todos os brasileiros que quisessem melhorar de vida, não havia nos seus projetos iniciais um lugar digno para esta massa de trabalhadores (des)territorializados.

Por isso, defende-se que as edificações de Goiânia, Brasília e Palmas estão intrinsecamente relacionadas com a transformação, em um tempo histórico curto e denso, do bioma Cerrado em território, uma vez que a ideologização em torno das cidades-capitais planejadas foi mais uma das estratégias de poder para formar a massa urbana necessária para concretizar o projeto de “modernização” e urbanização do território brasileiro, conter as revoltas da classe trabalhadora tanto do Sudeste como do Centro-oeste possibilitar o controle socioterritorial do Estado sobre esta classe trabalhadora e garantir a substituição, em um primeiro momento, da oligarquia rural-agrária para a urbano-industrial.

Nesse sentido, para se compreender tanto a dinâmica quanto o arranjo espacial atual, é fundamental considerar os contextos políticos, econômicos, socioespaciais e históricos de cada uma dessas três cidades-capitais, o que pressupõe uma forte ligação entre elas e suas localizações. Isso significa que, conforme elucida Barreira (2009, p.77), “a cidade e a região formam um todo inseparável”.

Não obstante, esta inseparabilidade não pode ser almejada apenas em escala regional e interurbana, mas também em escalas nacional e global. É na conjunção dessas escalas que será possível captar a integralidade deste processo que inclui a construção das três cidades-capitais planejadas no Cerrado, a modernização do território brasileiro, a redivisão territorial do trabalho e, por fim, a transformação do Brasil em urbano-industrial.

Cabe, todavia, destacar que, apesar de Goiânia, Brasília e Palmas serem criadas no mesmo século e fazerem parte de um mesmo processo – o de expansão do modo de produção

capitalista via modernização do território brasileiro e cerrado –, os momentos de suas criações são diferentes. Goiânia é criada durante o período (1930 a 1960) caracterizado pelo início do processo de modernização, industrialização e urbanização do território brasileiro. É a fase do nacionalismo-desenvolvimentista que, segundo Oliveira (2003), tem um predomínio da ação política em detrimento à ação econômica onde o Estado se adequa às estruturas do país (incentiva a produção nacional; impulsiona o deslocamento da população do campo para a cidade; excita e regulamenta a mão de obra assalariada etc.) para que a economia brasileira seja inserida ao sistema capitalista de produção.

Igualmente, é neste período que se inicia o processo de modernização do Cerrado, visto que modernizar e ocupar as terras cerradeiras são algumas das condições para que de fato haja uma integração do país que permita maior fluidez do capital e da nova produção industrial em curso.

Brasília é inaugurada no momento de transição entre o nacionalismo-desenvolvimentista e a internacionalização da economia brasileira. Neste período, o Brasil já se caracterizava como um país industrial, visto que, segundo Oliveira (2003, p. 35), em 1956, “pela primeira vez, a renda do setor da indústria superou a agricultura”. A criação da nova capital federal aliada a esta conjuntura foram pré-condições para iniciar a segunda fase deste processo (1964 a 1990) que tem como principal característica o prevalecimento da ação econômica em detrimento da ação política. O objetivo é a aceleração do processo de acumulação capitalista no país e, por isso, haverá a abertura para o capital internacional por meio da instalação de multinacionais, principalmente das montadoras de automóveis, e do aumento da malha viária para consolidar a integração do país.

É importante ressaltar que esta fase será marcada pela ditadura militar que garantirá “a ordem e o progresso” por meio da repressão e do controle socioterritorial, bem como, pelas chamadas mudanças estruturantes do processo de modernização do Cerrado onde serão criadas as condições para a intensificação da sua ocupação e mecanização, com o intuito de promover, segundo Teixeira (2005, p. 28), “a chamada ‘industrialização da agricultura’, sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, há uma maior subordinação da natureza ao capital”. Já Palmas é inaugurada no período que marca a inserção do país na modernização decorrente da fase do capitalismo, caracterizada pelo pós-fordismo e pela globalização. A base econômica é a acumulação financeira e a economia liberal, que privilegiam o privado em detrimento do público. Já na política a principal característica é a implantação de um Estado mínimo que, por meio de ajustes fiscais, privatizações de empresas, enxugamento dos gastos público-sociais e de reformas administrativas, promove um total desmonte da estrutura nacionalista-desenvolvimentista.

Por isso é que esse período, que se inicia em 1990 e se estende até os dias de hoje, tem como principal característica o desaparecimento das diferenças entre ação política e econômica. Concomitantemente, no Cerrado haverá um fortalecimento das agroindústrias com a desregulamentação estatal da agropecuária brasileira e a liberalização do mercado, favorecendo a entrada e controle do setor por grandes empresas do Complexo Agroindustrial, especialmente as estrangeiras (OLIVEIRA, 2003; TEIXEIRA, 2005).

Estes pressupostos permitem elucubrar que há uma relação intrínseca entre o processo de modernização dos territórios brasileiro e cerradoeiro e a construção das três cidades-capitais planejadas. Ou seja, o projeto de modernização, urbanização, integração e desenvolvimento do Brasil passou necessariamente pela ocupação e transformação do Cerrado, mais especificamente no Centro-Oeste do país, onde se localizam Goiânia, Brasília e Palmas.

Desta forma, procurar-se-á neste artigo, entre outras coisas, compreender o papel que o Estado desempenhou neste processo, uma vez que se tratava de introduzir um novo modelo de acumulação qualitativa e quantitativa. Dito de outro modo, não bastava somente construir um novo modelo de base urbano-industrial: havia também a necessidade de uma reestruturação do modelo agrário-exportador. Por isso, parafraseando Oliveira (2003), é preciso compreender a quem serviu ou serve o desenvolvimento do Brasil.

A relação campo-cidade: uma necessidade da modernização conservadora

Este tópico, de início, apresenta um mapa, figura 1, que retrata as redes urbanas das cidades-capitais planejadas do Cerrado e do uso-ocupação do Cerrado. A opção de criar um mapa que conjugue as bases de dados do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) – que retrata o uso-ocupação que ocorreu durante estas últimas décadas no Cerrado – e da Região de Influências das Cidades (REGIC) – que demonstra as redes de influências de Goiânia, Brasília e Palmas – tem por finalidade evidenciar a relação geopolítica que há entre as localizações das cidades-capitais planejadas, a devastação/ocupação/urbanização do Cerrado e o processo de integração e urbanização do território brasileiro.

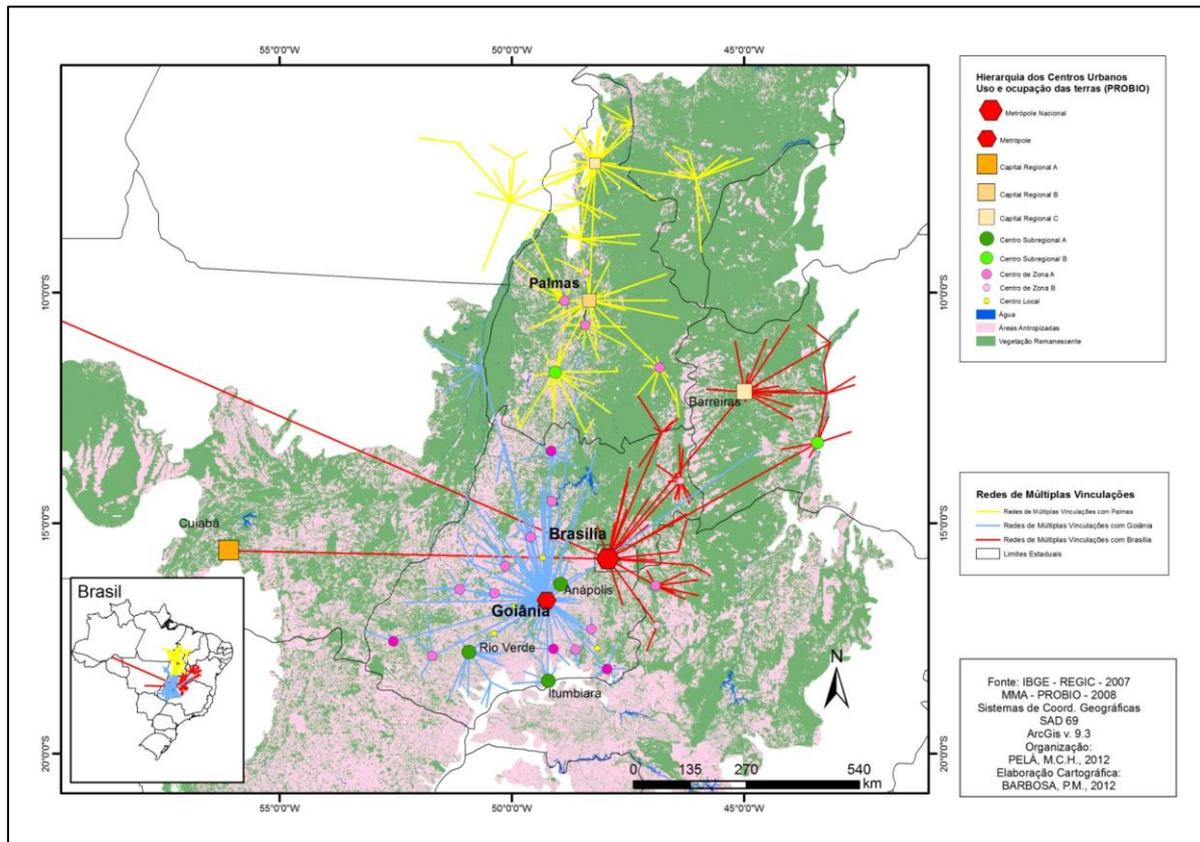


Figura 1 – Redes urbanas das capitais do Cerrado e uso-ocupação do Cerrado

A primeira constatação que se tem a partir das informações do mapa é que, considerando o processo e a época de criação de cada capital (Goiânia–1933, Brasília–1960 e Palmas–1990), bem como a expansão e deslocamento da fronteira agrícola, as áreas mais devastadas do Cerrado coincidem com a localização das cidades-capitais planejadas do Cerrado e, por conseguinte, com as áreas mais antropizadas da sua região centro-oeste-norte. Em outras palavras, a urbanização e o urbano serão a contrapartida à devastação e desruralização do Cerrado.

Marx (2008) reforça essa assertiva ao enunciar que o domínio da agricultura pelo capital passa a ser um elemento fundamental para que o capitalismo aconteça em sua plenitude. A transformação da terra em propriedade privada é uma condição *sine qua non* para que o seu modo de produção prospere, haja vista que, do mesmo modo que o operário é desapropriado das condições de produção, “subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro” (idem, p. 23). Afinal, a lógica do modo de produção capitalista é a da mais valia e a do lucro.

É justamente aí que se percebe a relação existente entre o agronegócio, a cidade, o trabalho e a renda fundiária. Ora, para que o modo de produção capitalista se expandisse e, por conseguinte, se apoderasse de todas as esferas da produção da “nova” sociedade brasileira era

necessária uma transformação nas relações de propriedade, produção e de trabalho existentes nas terras cerradeiras. Contudo, esta transformação não implicou mudanças estruturais, como o monopólio da propriedade da terra nas mãos da “antiga” elite fundiária. Na verdade, o que houve foi uma (re)estruturação, a partir da técnica e das novas relações de trabalho e de produção, do modelo de acumulação capitalista.

Desta forma, fica evidente a relação sociohistórica presente nos processos de transformação espacial, bem como que as relações entre infraestrutura e superestrutura não são hierárquicas, e sim dialéticas. O modo de produção capitalista, como qualquer outro sistema, é um processo construído a partir das necessidades de sua implantação, funcionamento e perpetuação. Por isso, conforme analisou Marx (2008), como a forma do monopólio da terra que o sistema capitalista encontra não o satisfaz, ele cria a subordinação da agricultura ao capital e, assim, transforma as propriedades fundiárias de outrora (feudal, de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum) na forma econômica apropriada a esse modo de produção.

Estas transformações, segundo o autor, são fundamentais para a sobrevivência do sistema, haja vista que o funcionamento do capitalismo pressupõe que o produtor direto da terra se liberte da condição de seu mero acessório e que a maioria da população fique despojada da propriedade. É neste sentido que o monopólio da propriedade da terra passa a ser o pilar de sustentação do sistema.

Não é por acaso que ainda hoje, segundo informações do Censo Agropecuário de 2017, o Brasil carrega a insígnia de ser um dos maiores do mundo em concentração de terra. Enquanto, aproximadamente, 50% de todas as terras do país estão concentradas nas mãos de 1% dos proprietários de terra, os estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares, que representam metade das propriedades rurais, controlam apenas 2% da área total.

Outra questão importante relacionada à propriedade fundiária é que para que esta concentração de terra, nas condições de propriedade de privada, comungue com o funcionamento e manutenção do sistema capitalista, é necessário modernizar o manejo e o modo de produção da terra. Ou seja, a agricultura tradicional e empírica tem que ser substituída pela agronomia moderna e técnico-científica. Afinal, o capital exige fluidez, produção e consumo em larga escala.

Esta constatação permite compreender o porquê da dinâmica socioterritorial do Brasil moderno e urbano que, apesar de apresentar outras formas de organização, funcionalidade, uso e configuração geopolítica, preserva a estrutura concentradora, conservadora e latifundiária do Brasil Colônia. É justamente nesse cenário de desenvolvimento desigual e concentrado, indutor da população às cidades, que as terras cerradeiras foram se urbanizando e as cidades-

capitais planejadas se consolidando e aglutinando uma boa parcela da população desterritorializada desta região e do país.

Por este motivo é que as construções de Goiânia, Brasília e Palmas em terras cerradeiras terão que simbolizar os novos tempos, mais precisamente ‘o tempo rápido’ que deverá tomar conta de parte do Cerrado e transformá-lo de bioma para território, bem como germinar um novo espaço no país: o espaço moderno.

Dito espaço será erigido, principalmente, a partir de uma forte intervenção política e econômica do Estado, que promoverá, por meio da integração, industrialização e modernização do território, o deslocamento da mão de obra dos trabalhadores e as (re)ordenações territorial, demográfica, política, econômica e sociocultural no país. Todas estas transformações têm como função a (re)criação de condições que irão assegurar, de fato, a expansão do sistema enquanto modo de produção capitalista.

Desse modo é que as análises sobre este processo devem ir além da dualidade entre produto-capital e considerar as mudanças estruturais de maneira dialética e integrada, uma vez que, segundo Oliveira (2003, p. 29), “a primeira finalidade dos sistemas é a própria produção, enquanto a segunda [...], enreda-se numa dialética vulgar como se a sorte das “partes” pudesse se reduzir ao comportamento do ‘todo’, ‘a versão comum da teoria do crescimento do bolo”.

Por isto, insiste-se aqui na premissa de que tanto a consolidação de um Brasil integrado, industrializado e urbano² como a consolidação do modo de produção capitalista via modernização do território passam necessariamente pelo processo de ocupação e transformação do bioma Cerrado em Território. De consequência, Goiânia, Brasília e Palmas são erigidas nas brisas do populismo e do discurso ideológico da preeminência do desenvolvimento, do novo e do moderno, representação da materialização urbana e urbanística deste projeto desenvolvimentista e de integração do território.

As localizações destas cidades-capitais fazem parte das estratégias de consolidação do projeto do Brasil integrado que, como já apontado, inicia-se em 1930 a partir do projeto desenvolvimentista e integracionista do governo de Getúlio Vargas. No entanto, vale indagar: o que realmente foi integrado e a quem favorece este projeto de integração?

Para responder a esta indagação, busca-se amparo nas considerações de Oliveira (2003), que versam sobre as causas e consequências deste processo, e de Raffestin (1980), que falam sobre as estratégias geográficas do poder. Para Oliveira (2003), a década de 1930 é o marco da inserção e da filiação da economia brasileira ao sistema capitalista.

² É salutar explicar que se está, aqui, falando de uma urbanização integrada no território brasileiro que, fruto do processo de industrialização, irá criar certa “homogeneidade” do mercado e do espaço nacional.

As causas externas deste processo são, principalmente, o vazio criado pela crise do sistema capitalista nesta época – aprofundado mais tarde com a Segunda Guerra Mundial – e a nova divisão internacional do trabalho, que restaurará aos países não industrializados, caso do Brasil, a condição de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas para abastecimento do mercado externo.

No entanto, para isso acontecer, seriam necessárias algumas transformações nas estruturas política, econômica e socioespacial internas do país, tais como:

- a. A readequação das estruturas políticas internas que culminará em uma “troca” de poder entre as classes de proprietários rurais e a nova burguesia empresário-industrial;
- b. A instauração de um novo modelo econômico, ou seja, de agrário-rural o Brasil deveria tornar-se urbano-industrial;
- c. A mudança gradual do modo de acumulação primária para integral;
- d. O deslocamento das correntes migratórias e das fronteiras agrícolas e econômicas do país para a região Centro-Oeste-Norte;
- e. A criação de novas legislações trabalhistas e de uso da terra;
- f. Uma nova configuração do arranjo espacial do país, ou seja, a união entre o litoral e o “sertão” a partir desta lógica de expansão do capitalismo via modernização do território mudaria completamente a paisagem do território brasileiro;
- g. O papel do Estado como agente principal para garantir as novas estruturas necessárias à implantação do projeto.

Em outros termos, estavam anunciados os caminhos da nova geopolítica do país que, necessariamente, deveria transformar as terras da porção centro-oeste-norte do país, até então pouco produtivas e povoadas, em um campo profícuo para a reestruturação e readequação do sistema capitalista no Brasil e no mundo.

Cabe, todavia, advertir, conforme explica Oliveira (2003), que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil tem suas particularidades que o diferenciam do desenvolvimento clássico. A principal é que haverá, em um primeiro momento, modos de acumulação distintos entre os setores primários, secundários e terciários, que não destruíram completamente a estrutura anterior. Por isto é que se observam traços do escravismo, tanto nas relações de trabalho no campo como nas relações com os trabalhadores da construção civil, principalmente os que edificaram as cidades de Goiânia e Brasília. A respeito, Oliveira (2003, p. 63) se pronuncia:

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as

possibilidades de mudança do modo de acumulação, na estrutura do poder, no estilo de dominação as determinantes do processo. No limite a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema.

Como já dito, tal particularidade do populismo será necessária para conter as revoltas internas da classe trabalhadora, que não passará por mudança alguma em sua condição de classe explorada e expropriada, visto que não haverá uma ruptura total do sistema, e sim uma “cirurgia plástica” que divulgará uma imagem nova do velho.

Significa dizer que o desenvolvimento e a urbanização se dão sobre as velhas estruturas de concentração de terra, centralização política e expropriação de território e da territorialidade da classe trabalhadora. Eis aqui os indícios de uma primeira ambiguidade na tessitura desta nova configuração socioespacial do Brasil, que acontece entre as malhas políticas (que necessitam da centralização do poder e do controle do território) e as malhas econômicas (que necessitam de fluidez e integração).

Para melhor compreender esta ambiguidade que se estabelece entre as malhas políticas e econômicas no processo de reordenação territorial, recorre-se aos ensinamentos de Raffestin (1980, p. 155):

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites, políticos e administrativos, são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos os são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas. Ainda que as áreas de distribuição ou de coleta de empresas monopolistas ou oligopolistas, em geral desconhecidas do público, possam ter uma grande permanência.

Continua o autor:

Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas. A tessitura política se transmite, se herda com mais facilidade do que a tessitura econômica, pois é a expressão de um Estado de Direito de soberanias, mais do que de ações contínuas, como no domínio econômico. As transformações se fazem por subdivisões ou reagrupamentos.

É exatamente esta a lógica de transformação do território, principalmente nas regiões do Cerrado, que se presencia durante as últimas décadas no Brasil. De um lado, observa-se uma transformação densa e rápida nas bases econômicas e nas relações de produção por meio da tecnificação e da mecanização do campo; de outro, a concentração e centralização do poder político nacional e regional, por meio da criação de polos regionais que serão agora comandados pela e na cidade.

Essa ambiguidade é uma clara amostra das contradições que desembocaram em inúmeros conflitos entre as classes sociais. A luta pela garantia da terra, pela garantia do

território, pela garantia da territorialidade e, mais tarde, pela garantia ao direito à cidade se espalhou pelos campos e pelas cidades em todo o território brasileiro, o que possibilita afirmar que as redes de comunicação que irão integrar o país, permitindo a fluidez do capital, serão as mesmas que irão cortar e limitar o território e as territorialidades da grande maioria da população brasileira, principalmente as residentes nas áreas do Cerrado.

Sobre o duplo sentido das redes, Raffestin (1980, p. 156-157) adverte:

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação, mas, por natureza a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações. Quantas cidades foram cortadas em duas, seccionadas por redes de comunicação rodoviárias ou ferroviárias! A ambivalência surge em escalas diferentes. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. É o que se pode observar no caso de autoestradas que com frequência arruinam o tráfego de passagem das cidades pequenas. Isso é particularmente verdadeiro para as redes concretas: redes rodoviárias, ferroviárias, de navegação. Essas redes que se traduzem por infraestruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos. É a própria expressão da hierarquia dos pontos.

As palavras de Raffestin, além de corroborarem com as conjecturas anteriores, também nos municiam de argumentos no sentido de que não menos importante para a concretização deste projeto é o deslocamento do epicentro do poder da fazenda para a cidade. A cidade que – por sua condição histórico-geográfica e política de promover a aglomeração de diferentes classes, serviços, territórios e territorialidades, entre outros elementos, em um espaço limitado – irá possibilitar o controle socioterritorial do Estado sobre a classe trabalhadora.

A cidade, assim, passa a ser não somente o epicentro do poder, mas também o epicentro político da luta pelo poder. Ela une e fragmenta, atrai e repele. Por isso, insiste-se em dizer que o projeto de modernização, integração e desenvolvimento do Brasil passa necessariamente pela ocupação e transformação do Cerrado, bem como pela criação das cidades planejadas “modelos” de Goiânia, Brasília e Palmas, ambas condições essenciais para a materialização, garantia e a consolidação destas mudanças.

Estes pressupostos conduzem aos seguintes questionamentos: como as cidades-capitais planejadas foram se afirmando como o modelo urbano do projeto de modernização do território brasileiro? Para responder, propõe-se o que se segue.

Goiânia, Brasília e Palmas: moldes e modelos para a ocupação e transformação do Cerrado

Como já dito, a década de 1930 marca o início da ocupação e transformação do Cerrado, principalmente em sua porção central. O Cerrado, que até então se caracterizava por uma

ocupação rural e atividade produtiva de pecuária extensiva e agricultura de autoconsumo (fazenda goiana³), marcha rumo à modernização capitalista. Os recursos usados para que esse projeto se viabilizasse foram inúmeros, desde os acordos políticos e econômicos a campanhas publicitárias que tinham como objetivo difundir a necessidade de modernização.

O novo era o caminho. Para isso, nada melhor que um projeto arrojado e moderno que vislumbrasse a integração e o desenvolvimento. Era a inserção do sertão nos tempos modernos. O Goiás das “Tropas e Boiadas”, de Hugo de Carvalho Ramos, deveria render-se ao traçado de Versalhes, de Atílio Correia Lima, ao projeto modernista de Oscar Niemeyer, ao modelo agroindustrial de produção, ao projeto de expansão da fronteira agrícola rumo à Amazônia Legal para que se redesenhasse uma nova geopolítica no território.

Os traços e compassos teria como finalidade, além de mudar a paisagem do país e transformar tempos lentos em rápidos, organizar um novo espaço onde a forma econômica teria como base a acumulação capitalista, e não mais a troca simples. Por este motivo, os riscos e rabiscos tinham que ter a capacidade de interligar os arquipélagos e o grande espaço vazio entre o sertão e o litoral, até que se chegassem às terras férteis e produtivas da maior floresta tropical do mundo: a Amazônia.

O primeiro borrão, denominado por Chaveiro (2008) de a “antecipação da modernização conservadora”, surge nos idos da década de 1930, no governo Vargas, quando o Estado, por meio da política denominada “Marcha para o Oeste”, passa a ser o principal agente estruturador do projeto de colonização do Cerrado, principalmente, frisa-se, na sua porção central. O objetivo era criar condições para adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. Para tanto, era necessário ampliar a malha viária no Centro-Oeste, criar novas fronteiras econômicas e agrícolas, criar um novo fluxo migratório e de ocupação demográfica, construir novas cidades, ou seja, seria necessário desmontar o antigo arranjo espacial construído na época dos ciclos.

É das mãos dos trabalhadores, a maior parte composta por nordestinos, que foram sendo erigidas curvas e retas que cortariam as terras cerradeiras e as transformariam em pontes, estradas, ferrovias, cidades-capitais planejadas, enfim, traçariam o esboço inicial do que seria o celeiro do agronegócio e o modelo de um Brasil moderno, industrializado e urbanizado. Era a reedição das bandeiras dos “bravios” bandeirantes com o seu enorme contingente de

³ Segundo Estevam (2004, p. 64), “[...] a fazenda goiana apresentava [...] características peculiares; não se utilizava predominantemente do trabalho servil e da escravatura [...] A organização não apresentava características básicas de formação de classes e não promovera, até então, divórcio entre meios de produção e a força de trabalho. Com esses elementos característicos [...], contrastava com a fazenda cafeeira, unidade básica mercantil. Também diferentemente da fazenda açucareira – de rígida hierarquia tradicional –, as fazendas tradicionais goianas organizaram-se de maneira peculiar, engendrando uma ordem social bastante singular”.

mamelucos que, igualmente, deveriam trazer a civilização para as terras das árvores tortas e “feias”. Para isso, seria necessário transformar as terras e os povos que nelas viviam.

Os antigos coronéis, que representavam a oligarquia rural, deveriam inserir-se na nova lógica ou ceder lugar para os novos representantes do Brasil urbano, visto que em um país urbano e industrial a fazenda não poderia ser mais o epicentro do poder. Por isto, era necessário “rearranjar” as estruturas do poder, bem como as dinâmicas e as funções socioespaciais das cidades e do próprio campo, uma vez que o rural deve se transformar em agrícola a partir de um novo modelo de produção e a cidade, no epicentro do poder.

Além do mais, a elite foi a única classe que obteve alguma alteração de conteúdo e de poder, pois as condições dos trabalhadores, em sua grande maioria oriundos do campo, continuaram as mesmas, ou “melhor” (pior), houve um aumento da exploração de sua mão de obra. Expulsos de suas terras e atraídos pela ilusória oportunidade de mudança de classe social (ascensão econômica e sociocultural), tiveram que aprender outros ofícios, como pregar prego, bater concreto, devastar não mais para plantar o seu ganha-pão, mas para abrir novas fronteiras e criar condições para novos empreendimentos. Até nas cidades planejadas que ajudaram a construir, não havia sequer um lugar para abrigá-los.

Os homens e as mulheres que redesenharam o país – sem terra ou condição para nela permanecerem, sem emprego fixo e sem lugar digno para morar – seriam os mesmos que formariam a mão de obra excedente e móvel, o capital variável, imprescindível para concretizar o projeto de expansão do modo de produção capitalista via modernização do território. A estrutura rural e conservadora do país seria a base de construção da lógica urbana que teria na cidade o epicentro do poder e na fábrica o modelo de produção e (re)produção da vida. A respeito, Moreira (2011) aponta:

A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra, território e senhorio político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil.

O centro de referência dessa lógica é o arranjo do espaço que combina a fazenda e a cidade, a que mais tarde se acrescenta a fábrica, como os entes geográficos, por excelência, da vida política do país.

Organiza esse arranjo uma economia política do espaço na qual a renda diferencial, com frequência transformada em lei de rendimentos decrescentes, se combina em escala com uma forma-valor no começo pré e depois capitalista, essa combinação respondendo pelo formato padrão da estrutura geográfica da fazenda, da fábrica e da cidade e, assim, da ordenação do espaço. (MOREIRA, 2011, p. 11).

Por isso que, diferentemente de algumas pesquisas que versam sobre a ocupação do Cerrado e apontam a década de 1940 – em que foram implantadas as Colônias Agrícolas

Nacionais (CANs)⁴, no caso específico a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) (1941-1953) – como o marco deste processo, esta pesquisa considera a construção de Goiânia, em 1933, como o início da materialização deste processo de colonização das terras cerradeiras, em que a agricultura no Cerrado nascerá à luz de um novo paradigma: o urbano/industrial, cujo impacto será a urbanização extensiva (DINIZ, 2006).

As considerações de Silva, S. D. (2009) sobre o caráter urbano que havia na implantação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) contribuem com clareza para o entendimento desta realidade, ao discorrer sobre o Decreto- Lei nº 3.059/1941:

O Decreto-Lei 3.059, que criava as Colônias Agrícolas Nacionais, deixava muito evidentes as suas intenções em relação à implementação de centros urbanos para as áreas de colônia, não apenas para servir de sede aos núcleos agrícolas, mas também para funcionarem como centros irradiadores do desenvolvimento regional. O artigo 5º do referido decreto apresenta as considerações acerca do projeto urbano para as colônias:

Art. 5º. Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferece.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país. (SILVA, S. D., 2009, p. 6).

Continua o autor:

Esse documento apresenta indícios não apenas das intencionalidades urbanas para as colônias agrícolas, mas também a inclusão de princípios norteadores para as futuras cidades. Esses princípios podem ser resumidamente identificados no caráter racional que a ocupação do espaço urbano incorporava, ao enquadrar o planejamento dentro de “regras urbanísticas” visando a construção de um “núcleo de civilização” geograficamente direcionado para o “interior do país”. A racionalidade da ocupação incorporava as categorias da cidade planejada e do sertão civilizado, princípios amplamente divulgados pela Marcha para Oeste e ideologicamente atrelados aos interesses nacionalistas do Estado Novo. (SILVA, 2009, p. 6).

A cidade, nesta perspectiva, contraditoriamente ao sentido de ‘obra’ imputado por Lefebvre (2001), será o principal produto da sociedade urbana em curso no Brasil. É ela que – com a função de centro de serviços a partir do momento que se objetivou uma cidade com amplo mercado produtor e consumidor de serviços e produtos industrializados, diferenciando dos rumos econômicos da elite agrária para o Estado e de elo nos âmbitos regional, nacional e mundial – abastecerá e dará o tom do novo modo de produção agropecuário que será implantado nos anos subsequentes.

⁴ Segundo Silva, S. D. (2009), as CANs foram projetos de colonização – induzidas e promovidas pelo Governo Vargas – em sistema de pequenas propriedades rurais, fornecidas sem ônus financeiro aos colonos, cujos objetivos principais eram ocupar o interior do país e diminuir a pressão social nas zonas agrícolas que produziam café para exportação.

Parafrazeando Oliveira (2003), as cidades neste período passarão a ser, por definição e função, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano será, portanto, a contrapartida da desruralização do produto.

É por este fator que, mesmo não se desvinculando da fazenda e sendo constituída a partir das estruturas socioculturais, política e econômicas tradicionais e conservadoras, é ela, a cidade, que terá o *status* do epicentro do poder. Não só isso. É nela que – por meio da indústria da construção civil, o processo de produção de mais-valia absoluta – se consolidará em terras cerradeiras e, mais tarde, criará condições estruturais para que a lógica fabril de produção, que produz a mais-valia relativa, irradie-se no campo e na cidade. Assim, desconsiderar que há relação entre a criação de Goiânia, o processo de “colonização” do Cerrado e a transição do país de rural-agrário para urbano-industrial é contribuir com a cisão entre espaço-tempo-sociedade, bem como ignorar que o epicentro do novo projeto geopolítico iniciado por Getúlio Vargas seria a cidade, e não mais a fazenda.

No entanto, não se pode incorrer no erro de uma análise reducionista e desconsiderar a relação ubíqua e intrínseca entre campo e cidade, mesmo que em outra roupagem, existente desde a gênese do processo de formação e organização geográfica brasileira. Nos dizeres de Santos (2008, p. 73), “hoje, as regiões agrícolas (não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais”.

Desse modo, mesmo tendo-se como meta e planejamento a urbanização como uma prioridade nacional e as cidades como o *locus* do poder da “nação brasileira”, o processo de transição, tanto dos pontos de vistas econômico e político quanto dos pontos de vistas socioculturais, é conflituoso. Urbano-rural, cidade-campo, moderno-tradicional, monocultura-policultura, mecanização-exploração de mão de obra, dependência-soberania, agrotóxicos-alimento “limpo” se contrastam e se entrecruzam a todo instante, uma vez que a estrutura inicial tanto da sociedade como do território brasileiro tem a sua raiz fincada na fazenda, no latifúndio, no mando político e na exploração e expropriação de índios, negros, camponeses, enfim, da classe excluída e explorada.

Por isso, insiste-se em repisar que este tipo de análise, que desconsidera as relações internas entre a ocupação do Cerrado e a construção de Goiânia, é unilateral, uma vez que ressalva apenas o produto final do “desmonte” do modelo agrário-rural e despreza todo o processo existente nas transformações e as estruturas necessárias (materiais e imateriais) para concretizar, de fato, a transição do país para a estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Mais do que isso: Ignorar este processo, além de escamotear a luta interna entre as classes, também cria uma fratura entre escalas global, nacional, regional e interurbana, bem como entre rural-urbano, espaço-sociedade e cidade-fazenda, como se não houvesse conexão

alguma entre a formação dos espaços urbanos de Goiânia, a ocupação do Cerrado, o processo de “desenvolvimento”, a integração e a modernização do território brasileiro e a articulação com o capitalismo internacional.

No entanto, mesmo com a fundação de Goiânia e a implantação das Cangas, somente no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a partir da implantação do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e da construção da nova capital federal, Brasília (a 31ª meta), é que aumenta, de fato, o processo de urbanização e ocupação do Cerrado, como se denota da tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Cerrado – de 1920 a 1960

Ano	População	Crescimento populacional (%)
1920	758.531	
1940	1.258.679	66
1950	1.736.965	38
1960	3.006.866	73

Fonte: elaboração própria (2013), a partir de Klink & Moreira (2002).

Os dados da tabela acima evidenciam os indícios que levam às argumentações feitas até o momento sobre o caráter urbano do projeto de modernização do território brasileiro, por conseguinte, de ocupação do Cerrado, visto que os fluxos de crescimento populacional em 1940 e 1960, na porção centro-oeste do território cerradeiro, coincidem com o período das construções de Goiânia e Brasília.

Contudo, não se pode igualmente incorrer no erro de desconsiderar a relação dialética entre o fluxo populacional rural e urbano neste processo, pois, inicialmente, mesmo com a alta taxa de crescimento da população urbana, observa-se que também haverá um expressivo crescimento da população rural na mesma porção Centro-Oeste.

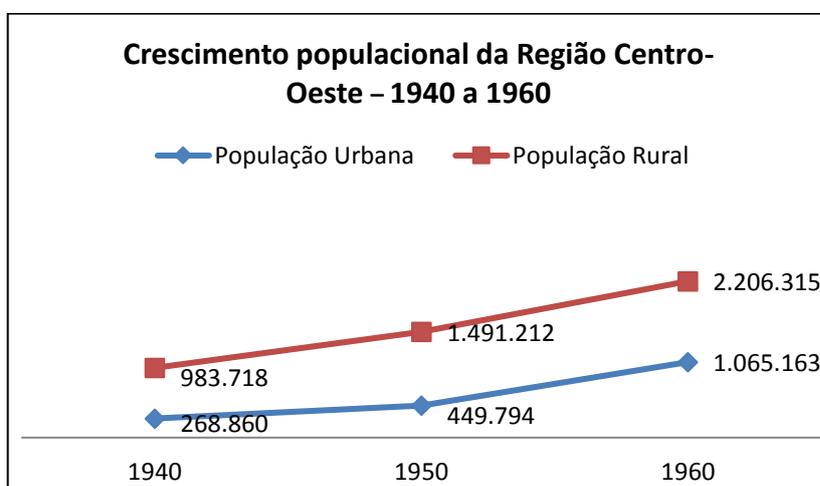


Figura 2 – Crescimento populacional da Região Centro-Oeste entre as décadas de 1940 a 1960
Fonte: elaboração própria (2013) a partir de dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960 do IBGE.

Ao fazer uma análise relativa dos dados, observa-se a tendência do deslocamento da população do campo para a cidade, uma vez que, entre 1940 e 1950, enquanto a população rural cresceu 51,59%, a urbana cresceu 67,30%. Já entre as décadas de 1950 e 1960, haverá uma queda no crescimento populacional rural de 47,95% e um aumento exorbitante na taxa de crescimento populacional urbano de 136,81%.

Por isso, defende-se aqui que Goiânia foi o projeto urbano piloto deste processo de ocupação do Cerrado, e Brasília, a sua consagração. A nova capital federal, que nasce sob a égide de uma nova “nação” e de um novo Brasil – moderno e industrializado –, será o modelo imperioso para mostrar ao mundo e ao povo brasileiro que é possível, ou melhor, é necessário, modernizar o sertão. Nessa lógica, fica clara a relação entre expansão do capitalismo via modernização do território, ocupação do Cerrado e construção das cidades-capitais planejadas do Cerrado.

Não só isso. Igualmente fica nítido o porquê de tamanha ideologização na construção destas cidades. A adoção dos preceitos da arquitetura liberal neste processo serve, ao indicar a forma e o modelo do que deveria ser o Brasil urbano, para amenizar as revoltas dos (des)territorializados do campo, uma vez que a partir do *marketing* político constrói-se uma imaginação coletiva de que a cidade é o caminho da liberdade e da conquista de melhores condições de vida. Ou seja, escamoteia-se o uso da cidade como mecanismo de controle social e de dominação. Sobre o assunto, Debord (2003, p. 50) assinala:

É preciso criticar as atividades importantes para o futuro, aquelas de que nos vamos servir. Gravíssimo sinal da decomposição ideológica atual é ver a teoria funcionalista da arquitetura fundamentar-se nos conceitos mais reacionários da sociedade e da moral. Significa que às contribuições parciais, passageiramente válidas da primeira Bauhaus ou da escola de Le Corbusier, acrescenta-se, em surdina, uma noção atrasadíssima da vida e de seu enquadramento.

Crítica pertinente para que se possa abrir a cortina de fumaça e desvelar o que está por trás das formas modernas das cidades-capitais planejadas do Cerrado, entre outros elementos, era a implantação da nova divisão nacional do trabalho que deveria adequar-se às necessidades do sistema capitalista internacional. O deslocamento da população do campo e a reconfiguração socioespacial do território brasileiro faziam parte deste pacote que marcará uma mudança significativa nas estruturas trabalhista, fundiária, espacial e socioeconômica do território brasileiro.

Nessa lógica, o campo, ao se modernizar, deveria transformar as antigas fazendas em agroempresas. Inicia-se aí a expulsão dos camponeses de suas terras e que mais tarde será intensificada com a mecanização. Já as cidades, que até então estavam, em sua grande maioria,

subordinadas ao campo, devem ser convertidas no principal local da gestão territorial e, por conseguinte, acolher em suas periferias a população expulsa do campo.

É justamente neste movimento que a construção de Goiânia e Brasília passa a ser primordial para a consolidação da nova geopolítica brasileira. Sobre o assunto, Mendonça *et al.* (2002, p. 9) relatam:

A tecnificação promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília. Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foram intensos, uma vez que perderam o meio de produção – no caso, os proprietários de terra – e a possibilidade de acesso à terra (arrendatários, agregados etc.), que sofreram maiores conseqüências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência, amontoando-se na periferia das cidades sem qualquer alternativa de trabalho que não fosse o trabalho temporário do bóia-fria em algumas épocas do ano e/ou trabalhos domésticos e braçais na cidade.

Esta é a origem das contradições e dos conflitos no/do território do processo inicial da construção das cidades de Goiânia e Brasília que, mais tarde, apesar de conter outros contextos econômicos, políticos e sociais, repetir-se-ão em Palmas. A bem da verdade, estas cidades não foram planejadas para a fixação da classe trabalhadora, mas para acolher a nova elite urbano-industrial necessária à implantação do projeto de modernização do território.

A classe trabalhadora só era necessária no primeiro momento: o da construção das cidades e o da formação e concentração desta classe nas regiões do Cerrado, o local destinado à expansão da fronteira agrícola. Todos estes fatores, além de evidenciarem a relação entre mobilidade do trabalho e do capital, também demonstram que o Cerrado é a direção que o capital e o trabalho deveriam seguir, fato que tornará Goiânia e Brasília os destinos de diferentes sujeitos.

Entretanto, é no final da década de 1960 e início da década de 1970⁵, na ditadura militar, que acontecem as chamadas “mudanças estruturantes do processo de modernização” e criam-se as condições para a intensificação da ocupação e mecanização do Cerrado, alcançado, assim, a meta de expansão do capital via modernização do território nos moldes que se tem hoje. A intervenção do Estado é incisiva e decisiva neste processo de ocupação, por meio da regulamentação jurídica que criou o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) e da criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O governo

⁵ Segundo Freitas; Chaveiro (2011), este período, que se estende até a década de 1990, foi o marco para a mudança estruturante que ocorreu no território de Goiás e, conseqüentemente, na porção centro-oeste do Cerrado. Percebe-se, assim, a existência de dois períodos até chegarmos ao atual modelo de modernização do território que se tem hoje. O primeiro, de 1930 a 1960, denominado de antecipação da modernização conservadora, e o segundo, de 1970 a 1990, que é o estruturante, uma vez que se caracteriza pela forte intervenção do Estado no território.

federal, assim, passa a atuar de forma mais objetiva, leia-se ‘interventiva’, no planejamento regional.

Observa-se que o Estado neste período se torna, de fato, o principal agente do capital. Nesta condição, começa a agir na transformação da agricultura e na expansão da fronteira agricultura rumo à Amazônia por meio do sistema de crédito e de programas de desenvolvimento agrário que, ao criarem mecanismos para viabilizar grandes empreendimentos nas áreas do Cerrado, despertarão o interesse do capital nacional e internacional em terras cerradeiras.

Dentre os programas, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer, com quatro edições até o ano de 2001, conforme demonstra a figura 3, a seguir). Ambos contaram com incentivos públicos, como a política de preços mínimos, de subsídios de créditos e de instalação de obras infraestruturais, contribuindo, substancialmente, para uma nova configuração do espaço regional do Cerrado e implicando transformações socioculturais, econômicas e ambientais.

Da análise do mapa de implantação dos projetos do Prodecer em terras cerradeiras, pode-se constatar que a construção de Palmas está intrinsecamente relacionada com a implantação e expansão do Prodecer II, uma vez que o avanço da fronteira agrícola para a porção norte do Cerrado inicia-se com o projeto piloto do Prodecer II–Piloto entre os anos de 1985-1990, ano este (1990) da criação da capital do Tocantins, e intensifica-se com os projetos de expansão do Prodecer II, entre 1985-1993, e do Prodecer III Piloto, entre 1995-2001.

Sobre os objetivos destes programas, Silva, E. B. (2013, p. 19) comenta:

[...] o II PND enxergou na Região Centro-Oeste, onde está boa parte do Cerrado, e na Região Norte a “vocação” para o desenvolvimento da agropecuária, visando atender os mercados interno e externo.

Na Amazônia brasileira essas a oes estatais tiveram como resultado o desenvolvimento da agropecuária nas regiões denominadas Amazônia Meridional e Amazônia Oriental, que grosso modo compõem o que se convencionou chamar de Arco do Desmatamento da Amazônia, que faz limite com o Cerrado e até inclui partes deste, abrangidas pela Amazônia Legal (RIVERO *et al.*, 2009; ARRIMA *et al.*, 2005). No restante da Amazônia, a expansão da agropecuária se viu dificultada pelas condi oes naturais, sociais e políticas, sobretudo pela pressão internacional para sua conserva o. Ao Cerrado, por outro lado, coube o estigma de área desocupada, dotada de fauna e flora menos importante, por isso apropriada para ser usada como “zona de sacrifício”, discurso hoje já combatido, em vista da valoriza o do Cerrado e de estudos científicos acerca da interdependência desses dois biomas (MALHADO *et al.*, 2010).

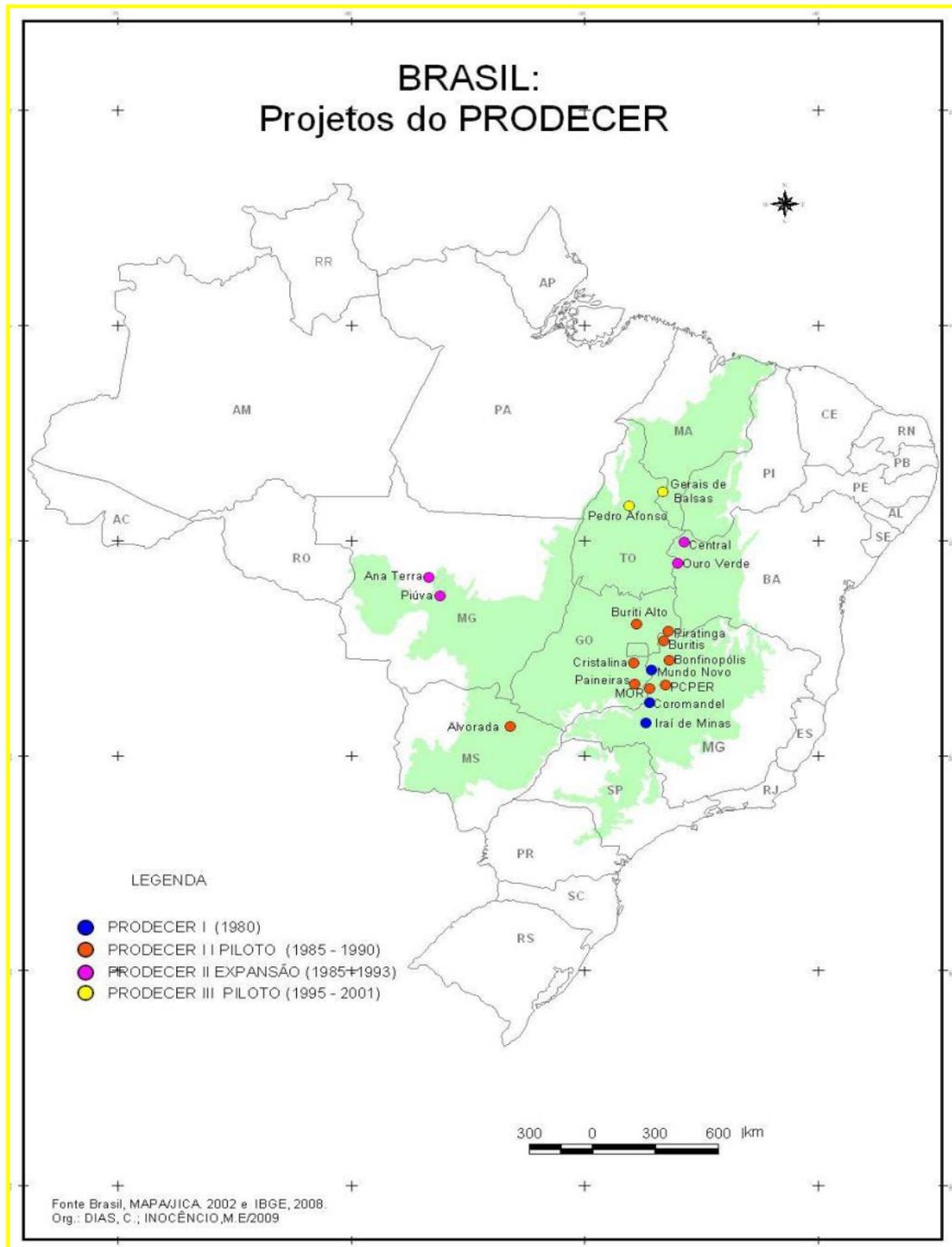


Figura 3 – Espacialização dos Projetos Prodecer, entre 1980 e 2001

Fonte: Inocêncio (2009).

As contribuições de Silva, E. B. (2013) e a análise do mapa de implantação dos projetos do Prodecer nos levam ao entendimento de que Palmas é um núcleo urbano de transição entre o Cerrado e a Amazônia Legal. Desta forma, pode-se afirmar que uma das finalidades de sua

criação é a de atrair poder econômico e político com o intuito de abrir possibilidades de influenciar as áreas do sudoeste do Maranhão, sudeste do Pará e o Tocantins. Em outras palavras, Palmas é o coroamento deste projeto de expansão, ou melhor, de consolidação do modo de produção capitalista via modernização do território em terras cerradeiras, e a porta de entrada da ocupação planejada na Amazônia legal.

Palmas, como toda fronteira de expansão, é um entremeios. A sua localização demonstra isto, visto que se situa exatamente na região de expansão da nova fronteira brasileira, denominada, por pesquisadores e estudiosos, de Mapito⁶. Esta condição, além de coroa-la como o novo projeto de urbano brasileiro, em que as cidades devem se autoconstruir⁷, também demonstra que a “modernização” finalmente se consolida em terras cerradeiras. Não só isso, a sua edificação representa o atual momento econômico, político e sociocultural do país que está sob a égide do capital liberal.

Para melhor apreensão deste processo de modernização e de transição entre capital monopolista e capital liberal, recorre-se, aqui, às arguições de Freitas e Chaveiro (2011, p. 12 apud BORGES, 2007, p. 16-17) que dirão que “a rentabilidade da acumulação simples é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência. A rentabilidade liberal deve ser inteligente, planejada, calculada e individualista”.

Esta lógica liberal é o ápice do projeto de expansão do capital via modernização do território cerradeiro, por isso, transitório. Nesse sentido, é importante compreender que este momento de acumulação liberal – que começa no final da década de 1980 e início da década de 1990, período da criação do estado do Tocantins e da construção de Palmas, e vigora até os dias atuais – extrapola o modelo inicial do agronegócio que tinha como base estruturante a mercantilização da agricultura e da pecuária.

Esse modelo liberal, ao agregar a exploração de recursos naturais como a água (leia-se ‘energia elétrica’) e o minério, pode representar o retorno às “origens”⁸ do período da colonização que, como dito anteriormente, já estava traçado desde o final da Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil, na divisão internacional do trabalho, teria como função abastecer com matérias-primas e alimentos os países “desenvolvidos”.

O economista Guilherme Delgado (2010, p. 113) tem alertado que este modelo pode levar o Brasil a uma possível primarização da economia:

⁶ Segundo Silva, E. B. (2013), Mapito é o acróstico para se referir aos estados de Maranhão, Piauí e Tocantins, áreas de expansão da fronteira agropecuária onde estão ocorrendo desmatamentos recentes no bioma Cerrado.

⁷ Aqui, o que se ressalta é o uso do conceito ideologicamente para exploração e precarização da mão de obra do trabalhador.

⁸ Ressaltamos que concebemos a construção histórica como um movimento em espiral; por isso, ela, a história, se repete, mas jamais do mesmo modo.

Temos uma armadilha grave nesse quadro estratégico. [...] As condições da expansão agrícola, vinculadas a uma inserção externa dependente; ao perfil da dupla super exploração dos recursos naturais e do trabalho humano e a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária, configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional de subdesenvolvimento e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico.

Delgado adiciona a este cenário a precarização da mão de obra do trabalhador e a questão em torno propriedade da terra, que, aliás, nunca deixou de existir. Esses fatores são importantes pressupostos para que se compreenda que o conflito pelo direito à cidade e pela habitação é originado da luta pela terra, que é um traço do processo de construção do território brasileiro; por isso, não se pode ignorar que a luta pela cidade tem sua origem, frisa-se, na luta pela terra travada no campo. É a relação campo-cidade que não se pode desprezar.

Considerações finais

Para finalizar, é importante ressaltar que as argumentações apontadas levam à constatação de que, enquanto Goiânia e Brasília desempenharam o papel político de colocar em cena a “nova” burguesia industrial-urbana e o novo modelo de produção agrícola, Palmas cumpre o papel da rearticulação da elite fundiária, que, aliás, nunca deixou ter força no país. A criação do Tocantins e, conseqüentemente, de Palmas significa uma reorganização da bancada ruralista no cenário nacional. Vale lembrar que as áreas antropizadas naquela região ainda são menores do que as localizadas próximas ao estado de Goiás e ao Distrito Federal, conforme se demonstrou no Mapa 1.

Por isso é que ora se defende que a escolha de criar uma nova capital em meio as terras “esquecidas” do antigo norte goiano não passa só pela vontade política e/ou pela vaidade de seus idealizadores e construtores. Fabricar uma cidade em meio ao “nada” tem um significado político, econômico e ideológico que não pode ser desconsiderado. Goiânia, Brasília e Palmas mostram a que vieram. Os preceitos e conceitos que as acompanham, como autoconstrução, sustentabilidade, cidades promissoras, locais de melhores condições de vida, entre outros, estão diretamente ligados aos preceitos ideológicos que, como já apontado, fazem com que uma cidade projetada e planejada ganhe, ilusoriamente, vida própria e se torne uma possibilidade de melhores condições de vida para todos.

Não obstante, esta possibilidade anunciada pelo capitalismo é inalcançável para a classe trabalhadora. E o encantamento inicial criado em torno das possibilidades de melhores

condições de vida em uma capital planejada se transformará na grande frustração desses sujeitos sociais que se deslocaram do campo ou de uma cidade sem a urbanização almejada. Tais frustrações transformam-se em movimentos de luta e de resistência contra a ordem estabelecida pelo capital e que expõem as contradições e desigualdades existentes na concepção e criação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas.

É exatamente destas desigualdades e contradições que nasce a luta entre os sujeitos pelo direito à cidade. Ou seja, é neste abismo que se perceberá a relação dialética entre capitalismo, possibilidade e frustração; entre cidade, campo e urbano; entre ideologia, política e economia.

Esta constatação irá corroborar com a afirmativa de que o desenvolvimento do urbano será a contrapartida da desruralização do produto, e de que Goiânia, Brasília e Palmas, ao se tornarem os moldes e os modelos de urbanidade, urbanização e urbano do espaço moderno brasileiro, tornaram-se o destino de diferentes sujeitos que acreditam que conseguirão melhores condições de vida, principalmente os da classe trabalhadora e os camponeses que viram, e ainda veem nestas cidades, a perspectiva do trabalho, da (re)territorialização, de moradia, do estudo, enfim, a oportunidade de se tornarem, de fato, “cidadãos”, no sentido estrito da palavra.

Goiânia, Brasília and Palmas: geopolitical strategies for modernization and urbanization of the Cerrado and Brazilian territory

Summary: This article aims to discuss the relationship between the construction of Goiânia, Brasília and Palmas and the process of modernization and urbanization of the Cerrado and the Brazilian territory. The proposition is that there is an intrinsic relationship between the Brazil's modernization process, Cerrado's occupation and the establishment of these three planned capital-cities, considering that in order to adjust Brazil to the new international division of labor, it was necessary to integrate, develop and urbanize the country. This factor shows that the development 'of the urbane' will be the counterpart of the 'product deruralization', and Goiânia, Brasília and Palmas are the molds and models of Cerrado occupation project and capitalism expansion project through Brazilian territory's modernization.

Keywords: Capital-cities designed. Cerrado. Urbanization. Modernization.

Goiânia, Brasília y Palmas: estrategias geopolíticas para la modernización y urbanización del Cerrado y el territorio brasileño

Resumen: este artículo tiene como objetivo discutir la relación entre la construcción de Goiânia, Brasília y Palmas y el proceso de modernización y urbanización del Cerrado y el territorio brasileño. La propuesta es que existe una relación intrínseca entre el proceso de modernización del territorio brasileño, la ocupación del Cerrado y la creación de las tres capitales planificadas, ya que para adaptar Brasil a los nuevos requerimientos de la división internacional del trabajo fue necesario integrar, desarrollar y urbanizar el país. Este factor muestra que el desarrollo urbano será la contraparte de la desruralización del producto y que Goiânia, Brasília y Palmas son los moldes y modelos del proyecto de ocupación del Cerrado y de la expansión del capitalismo a través de la modernización del territorio brasileño.

Palabras clave: Capitales proyectadas. Cerrado. Urbanización. Modernización.

Referências

BARREIRA, C. C. M. A. **Relatório Técnico Final do projeto: fragmentação das cidades-regiões na dinâmica espacial goiana: o entorno do DF e Goiânia**. Edital: MCT/CNPq 02/2006 – Universal. Número do processo: 485379/2006-6. Goiânia: 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CHAVEIRO, E. F. **A práxis simbólica do Goiás profundo**. Goiânia: Mimeógrafo, 2008.

DEBORD, G. E. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** – Escritos Situacionistas Sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 43-59 p.

DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010.

DINIZ, B. P. C. **O Cerrado brasileiro: geopolítica e economia**. 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

ESTEVAM, L. **Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FREITAS, W. D. ; CHAVEIRO, E. F. Cerrado: modernização e ocupação a partir da localidade. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica, II Semestre, 2011, pp. 1-16.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER**. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

KLINK, C. A., MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. In: **Megadiversidade**. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil. Vol. 1, 1: 147-155, 2005. Belo Horizonte: Conservação Internacional.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PELÁ, M. C. H. **Uma nova (Des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia, 2014. 268p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MARX, K. **O Capital**, Capítulo I, Seção 4. O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **O Capital – crítica da economia política, livro terceiro: o processo global da produção capitalista**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENDONÇA, M. R.; RIBEIRO, D. D. R.; THOMAZ JR, A. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho (Brasil). **Revista Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-mdoju.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, C. A. Antigos e novos olhares viajantes pelas paisagens do Cerrado. *In*: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 21-43.

SILVA, E. B. **A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma cerrado**. 2013. 148 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SILVA, S. D. **Encontros e desencontros no Oeste: reflexões teóricas sobre as demarcações simbólicas das comunidades ribeirinhas do Rio das Almas em Goiás nas décadas de 1940 a 1950**. Goiânia: 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9559/6612>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da AGB**, Três Lagoas/MS, vol. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, setembro de 2005.

Sobre a autora

Marcia Cristina Hizim Pelá - Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da Faculdade Alfredo Nasser.

Recebido para publicação em julho de 2020
Aceito para publicação em setembro de 2020